



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA

v. 4, n. 1, janeiro 2020



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO

- **Recurso Administrativo - Conselho de Magistratura - Oficiais de Justiça que Solicitam Permuta**
- **Responsabilidade Civil Do Estado - Condenação Em Danos Materiais**

DIREITO PENAL

- **Revisão Criminal – Crime**
- **Lesão corporal leve – Crime de trânsito – Art. 303 do CTB**
- **Denúncia anônima - Violação a domicílio**

APRESENTAÇÃO

O Informativo de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, publicação periódica mensal, tem por objetivo a divulgação das decisões mais relevantes dos Desembargadores, de forma objetiva e concisa. O presente trabalho está organizado pelo ramo do direito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

ACÓRDÃO N. 211120

RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO: 0001124-90.2019.8.14.0000

RELATORA: DIRACY NUNES ALVES

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. CONSELHO DE MAGISTRATURA. OFICIAIS DE JUSTIÇA QUE SOLICITAM PERMUTA, MAS A MESMA É IMPOSSÍVEL PORQUE UM DELES NÃO É ESTÁVEL. PRESIDENCIA CONCEDE A PERMUTA COLOCANDO CADA UM A DISPOSIÇÃO DA LOTAÇÃO ANTERIOR DO OUTRO. REVERSÃO APENAS POSSÍVEL MEDIANTE CONCORDÂNCIA DAS CHEFIAS IMEDIATAS, O QUE NÃO OCORRE NO CASO. NECESSIDADE DE AGUARDAR O FIM DO PRAZO DE DISPOSIÇÃO, OPORTUNIDADE EM QUE A PRESIDENCIA, DE FORMA DISCRICIONÁRIA, DECIDIRÁ SOBRE O ASSUNTO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

DATA DE PUBLICAÇÃO: 07/01/2020

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

ACÓRDÃO N. 211090

APELAÇÃO CÍVEL

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

PROCESSO: 0017872-29.2010.814.0301

RELATORA: EZILDA PASTANA MUTRAN

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. CONDENAÇÃO EM DANOS MATERIAIS. SENTENÇA REFORMADA PELA AUSENCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O DANO MATERIAL SOFRIDO E A CONDUITA DO ESTADO. APELAÇÃO CONHECIDA e JULGADA PROCEDENTE.

DATA DE PUBLICAÇÃO: 07/01/2020

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

DIREITO PENAL

ACÓRDÃO N. 211369

REVISÃO CRIMINAL

PROCESSO: 0002984-29.2019.8.14.0000

SEÇÃO DIREITO PENAL

RELATOR: RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

EMENTA: REVISÃO CRIMINAL - CRIME DO ART. 157, §2º, INCS. I E II, DO CP - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO VERIFICADA DE OFÍCIO - DOCUMENTO ESSENCIAL À ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO QUE NÃO FOI JUNTADO AOS AUTOS - REVISÃO NÃO CONHECIDA. DECISÃO UNÂNIME.

DATA DE PUBLICAÇÃO: 24/01/2020

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

[ACÓRDÃO N. 211384](#)

APELAÇÃO CRIMINAL

PROCESSO: 0005844-78.2018.8.14.0051

RELATORA: VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

EMENTA. APELAÇÃO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, CAPUT, DA LEI N.º 11.343/2006. PRELIMINAR. NULIDADE PROCESSUAL. DENÚNCIA ANÔNIMA. VIOLAÇÃO A DOMICÍLIO. PRELIMINAR REJEITADA. CRIME PERMANENTE. PRESCINDIBILIDADE DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. MÉRITO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. IMPROCEDÊNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS FARTAMENTE COMPROVADAS. DEPOIMENTOS DE POLICIAIS. VALIDADE PROBATÓRIA.

RECONHECIMENTO DE TRÁFICO PRIVILEGIADO. INCABIMENTO. DEDICAÇÃO À ATIVIDADE CRIMINOSA. QUANTUM RELATIVO À INCIDÊNCIA DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE FRAÇÃO DETERMINADA EM LEI. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE NO QUANTUM ATRIBUÍDO PELO JUÍZO SENTENCIANTE. PENA BASE. PRETENDIDA CONDUÇÃO AO MÍNIMO LEGAL. INVIABILIDADE. PENA PRIMÁRIA JÁ ESTABELECIDADA NO MENOR PATAMAR PREVISTO EM LEI. AUSÊNCIA DE EXCESSO PUNITIVO. RECORRER EM LIBERDADE. PLEITO ADSTRITO À SEÇÃO DE DIREITO PENAL. RECURSOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

DATA DE PUBLICAÇÃO: 24/01/2020

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

ACÓRDÃO N. 211394

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL PROCESSO:

RELATOR: MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

PROCESSO: 0004824-74.2019.8.14.0000

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO. PEDIDO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. ARTIGO 83, INCISO III, DO CÓDIGO PENAL. AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

DATA DE PUBLICAÇÃO: 24/01/2020

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

ACÓRDÃO N. 211402

APELAÇÃO CRIMINAL

PROCESSO: 0018613-61.20016.8.14.002

RELATOR: MAIRTON MARQUES CARNEIRO

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – LESÃO CORPORAL LEVE – CRIME DE TRÂNSITO – ART. 303 DO CTB – PLEITO DE REDUÇÃO DA PENA-BASE APLICADA – IMPOSSIBILIDADE – EXISTÊNCIA DE UMA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL – CULPABILIDADE – ANÁLISE ESCORREITA – MANUTENÇÃO DA PENA-BASE – PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PECUNIÁRIA POR PENA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE – IMPOSSIBILIDADE – REPRIMENDA PROPORCIONAL À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE – HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO RÉU NÃO DEMONSTRADA – PLEITO DE NÃO APLICAÇÃO DA PENA DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR. IMPOSSIBILIDADE. PENA CUMULATIVA E OBRIGATÓRIA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

DATA DE PUBLICAÇÃO: 24/01/2020

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

EDIÇÕES DO INFORMATIVO

Acesse as edições no site da Divisão de Registros de Acórdãos e Jurisprudência
Visite nossa página: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARÁ

SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA

Av. Almirante Barroso nº 3089 – Bairro: Souza – CEP: 66613-710 – Belém – PA.

Telefone: (91) 3205-3266